TRAVESSIA

APES Seção Sindical do ANDES - SN
ANDES SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

INFORMATIVO DA APES-SSind | NOV/DEZ 2019 | Nº 106

Especial | Consulta pública para Reitoria da UFJF

UFJF ESCOLHE DEMOCRATICAMENTE REITORIA 2020-2024

NÃO DEU NA IMPRENSA

Corte orçamentário de 18% no Ministério da Educação para 2020 afeta duramente as Instituições de Ensino Superior.

Pág. 02

LUTAS GERAIS

Reforma administrativa de Paulo Guedes quer estado mínimo apenas para os trabalhadores.

Pág. 03

PELA BASE

Future-se é rejeitado em diversas universidades brasileiras e gera reação da comunidade acadêmica.

Pág. 06

CULTURA

Censura por parte de órgãos do governo a peças artísticas abre caminho para tempos nebulosos.

Pág. 07

EDITORIAL

Estamos chegando ao final de 2019, que fica marcado como um ano de muitos retrocessos para a classe trabalhadora brasileira. A classe dominante segue com o aprofundamento das medidas de choque ultraliberais, cuja expressão maior é a "nova previdência", que significou, na realidade, o fim do direito a se aposentar para boa parte da população. E mesmo com um governo fraco, confuso, cheio de contradições e mergulhado numa série de escândalos, a burguesia opta pela sua manutenção como forma de viabilizar a continuidade das contrarreformas para retirada de direitos e redução do valor do trabalho, permitindo a ampliação das margens de lucro e fazendo a alegria do capital financeiro, com os banqueiros comemorando lucros históricos enquanto o trabalhador paga a conta. E o custo social e econômico tem sido muito alto, o desemprego não cede e continua atingindo mais de 14 milhões de pessoas, o trabalho informal segue em crescimento, cresce a desindustrialização da economia, a fome volta a ser realidade para muitas famílias, intensificam-se as privatizações, multiplicam-se as crises ambientais e não há sinais no horizonte de recuperação da economia.

Nesse contexto, a Educação vem sofrendo diversos ataques que vão desde as iniciativas de censura e controle ideológico sobre a atividade docente, passando por injúrias às comunidades acadêmica e científica, pela difamação das instituições públicas de ensino praticadas por membros do primeiro escalão do Governo Federal, pelo contingenciamento de recursos das Instituições Federais de Ensino, pelo programa do MEC de militarização das escolas, culminando com a proposta de privatização das Instituições Federais de Ensino contida no "Future-se". Esses ataques cumprem um papel ideológico importante ao mesmo tempo que preparam o terreno para o aprofundamento da privatização nas áreas da Educação.

Do outro lado da trincheira, a área da educação cumpriu importante papel de resistência, protagonizando as maiores manifestações populares do ano, com destaques para a Greve Nacional da Educação ocorrida no dia 15 de maio, que encheu as ruas do país com mais de um milhão de pessoas em cerca de 200 cidades; para o segundo Tsunami da Educação no dia 30 de maio e para a Greve Geral do dia 14 de junho, levando o Governo Federal ao seu momento de maior fragilidade e instabilidade que só foi superado com a aprovação em primeiro turno, na Câmara dos Deputados, da contrarreforma da previdência no dia 12 de julho. O segundo semestre se inicia com nova Greve Nacional da Educação no dia 13 de agosto, seguido pelo Grito dos Excluídos no dia 07 de setembro e pela Greve de 48 horas da Educação Federal nos dias 02 e 03 de outubro. Destacou-se, também, a luta de outras categorias contra a retirada de direitos, pela defesa do meio ambiente e contra as privatizações. E, nos últimos meses, grandes mobilizações têm explodido por toda a América Latina, abrindo-se um momento de instabilidade no continente com possibilidades de mudança na correlação de forças para a classe trabalhadora.

Em uma conjuntura tão complexa e dinâmica, a APES reafirma o seu compromisso com a defesa intransigente das instituições públicas de ensino, do papel social de educação, das liberdades democráticas e dos direitos das professoras e professores, tendo a compreensão que a mobilização é fundamental para reverter o atual cenário de ataques. Neste sentido, duas tarefas fundamentais já se colocam a nossa frente, a continuidade da luta contra a privatização da Educação Federal por meio do "Future-se" e a luta contra destruição do Serviço Público via proposta de Reforma Administrativa.

"Eu sei que as coisas podem ficar ainda pior, mas eu também sei que é possível intervir para melhorá-las"

Paulo Freire

NÃO DEU NA IMPRENSA

Foto: Estela Loth/APES

Em Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) enviado ao Congresso no dia 30 de agosto, o governo federal reduziu os recursos do MEC para 2020 em 18%. O orçamento cai de R$ 123 para R$ 101 bilhões.

Impactos

As maiores universidades do país vão sofrer com grandes cortes. UFRJ, UnB, UFRGS e UFMG terão redução de mais de 20% do orçamento cada. Das 11 federais mineiras, apenas as do Triângulo Mineiro (UFTM), dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e de Juiz de Fora (UFJF) terão discreto aumento. Para os Institutos Federais, pela primeira vez desde a lei de criação da Rede Federal, o Governo não levou em consideração a Matriz Orçamentária proposta pelo Conif, baseada em critérios técnicos. As instituições terão orçamento igual ao deste ano (R$ 2,9 bilhões), enquanto o estimado para suprir as necessidades em 2020 é de R$ 4,5 bilhões.

A verba para Hospitais Universitários teve corte de 37%.

O FUNDEB teve corte de 24%. A rubrica para Infraestrutura para a Educação Básica passou de R$ 606 para R$ 230 milhões.

Capes e CNPQ

O governo Bolsonaro estuda fundir a Capes ao CNPQ. A proposta nasceu do MEC, com o objetivo de reduzir custos. A comunidade científica se opõe à medida, que pode desestruturar o desenvolvimento da ciência brasileira.

No PLOA 2020, o orçamento do CNPQ permaneceu o mesmo de 2019, de 1,2 bilhão de reais.

Recentemente, o órgão fez um remanejamento de R$ 82 milhões, transferindo verbas da área de fomento – que abrange insumos, equipamentos, viagens, materiais de pesquisa – para o pagamento das bolsas de pesquisa de setembro.

Para 2020, a Capes teve seu orçamento reduzido pela metade. A agência contará com R$ 2,2 bilhões para seu funcionamento, contra os R$ 4,3 bilhões recebidos em 2019.

Expediente

O Travessia é uma publicação da Associação dos Professores do Ensino Superior de Juiz de Fora - Seção Sindical do ANDES-SN (APESJF SSind).
Redação, diagramação e fotos: Isabella Mendes Freitas MTB 014560/MG, Danniel Goulart Reg. 6083 DRT MG, Estela Loth sob a supervisão de Danniel Goulart e Daniel Diogo sob a supervisão de Isabella Mendes Freitas
Tiragem: 1200 exemplares
Endereço: Campus da UFJF, bairro Martelos, CEP 36036-900
Tel-Fax: (32) 3215-1286 / Site: apesjf.org.br / Email: faleconosco@apesjf.org.br

Presidente: Marina Barbosa Pinto - Faculdade de Serviço Social
Vice-Presidente: Marcos Vinicius Leite - IF Sudeste MG Campus JF
Secretária Geral: Raquel Portes - Faculdade de Arquitetura
1ª Secretário: Jalon Morais Vieira -IF Sudeste MG Campus Juiz de Fora
2º Secretária: Ana Maria Arreguy Mourão - Aposentada
1º Tesoureiro: Augusto Santiago Cerqueira - Faculdade de Engenharia
2º Tesoureira: Zuleyce Lessa - Faculdade de Enfermagem

LUTA | Novos ataques

GOVERNO QUER RETIRAR MAIS DIREITOS

Reforma Administrativa ataca estabilidade, salários, carreiras e sindicatos

Foto: Estela Loth/APES

Atrelado ao movimento de retirada de direitos, capitaneada pela reforma da previdência, o Governo, formula, via Ministério da Economia, um projeto de Reforma Administrativa que se encaixe na agenda ultraneoliberal do Ministro Guedes. O objetivo é desmontar o serviço público por meio de cortes e precarização. Alia-se a isso, intensa campanha de manipulação da opinião pública, utilizando a atual crise econômica como justificativa para reduzir o Estado. Informações veiculadas na imprensa dão conta de que o Ministro Guedes prepara sua "agenda" com vários projetos e medidas, que deverão deverá chegar ao Congresso no início de 2020.

O Ministério estuda mudanças na estrutura do funcionalismo público para estabelecer novas regras para contratação, promoção e demissão de servidores. A tendência é viabilizar achatamento salarial e redução no número de carreiras. As mudanças afetariam novos servidores.

Ataque à estabilidade

O projeto busca literalmente o fim da estabilidade de parte das carreiras. O objetivo é criar cinco tipos de regime para os servidores. O comissionado continuaria com as mesmas regras. Os demais teriam dois anos em regime de avaliação. Os aprovados poderiam se organizar em três regimes: os sem estabilidade, que podem ser demitidos sem justa causa; os com estabilidade, designados para carreiras específicas como a de docente das IFE, sujeitas a pressões políticas, e aqueles com tempo determinado de contratação.

Menos carreiras

O objetivo é reduzir o número de carreiras do Executivo das cerca de 310 atuais para 20 ou 30; centralizar a gestão de pessoas, ampliando a disciplina sobre a força de trabalho; facilitar a mobilidade entre órgãos; criar também a possibilidade de servidores entrarem em níveis mais altos nas carreiras existentes dependendo dos resultados obtidos no concurso.

Salários menores

O governo pretende, com o projeto, igualar a remuneração do setor público com iniciativa privada, achatando ainda mais o já desvalorizado salário dos cargos públicos. Entre as medidas estudadas, estão a redução dos salários de entrada e a reestruturação da progressão para que o servidor só chegue ao teto no final da carreira. Junto disso está a revisão de benefícios, como o sistema de licenças e gratificações, além de acabar com a progressão automática por tempo de serviço e implantar sistema de avaliação de desempenho mais rigoroso.

Ataque à organização sindical

Como se não bastasse, o governo pretende insistir no ataque aos sindicatos e na proibição do desconto em folha da contribuição voluntária sindical e associativa dos servidores. A Medida Provisória 873/2019, que não prosperou no Congresso, ensejou a apresentação do PL 3.814/2019 no mesmo sentido. O governo quer exigir ainda a compensação do ponto em caso de ausência motivada por atividade sindical (Instrução Normativa 2 SGP/MPDG/2018).

O Estado é para quem?

"O Governo ataca novamente o serviço público com o objetivo de desmontar o Estado e precarizar ainda mais as condições de vida do trabalhador. Para isso se utiliza de mentiras criadas pelo pensamento neoliberal, que durante muito tempo foram repetidas à exaustão pela mídia hegemônica. Prega que o Estado é ineficiente e dispendioso, que cria privilégios e corrupção, quando uma análise rigorosa dos dados mostra exatamente o oposto. Sabemos que o real objetivo deste Governo é a transferência do fundo público para o setor privado, destacando-se o capital financeiro. Assim, defende-se de um lado o Estado mínimo para a população, que perde direitos e serviços básicos, e de outro lado o Estado máximo para bancos e corporações", afirmou a Presidente da Apes, Marina Barbosa.

MITOS NEOLIBERAIS QUE "JUSTIFICAM" A REFORMA

1. O Estado é muito grande e a máquina pública é inchada.
FALSO. A arrecadação de impostos no Brasil está na média de 35,6% do PIB, contra 42,4% em média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) E mais: desde os anos 2000 o funcionalismo não cresce, apenas repõe aposentados e desligamentos.

2. Gastos da União com pessoal são altos e descontrolados
FALSO. Os investimentos empenhados, em 2018, com os servidores públicos federais estão em 4,4% do PIB, o mesmo valor de 1999, há duas décadas. Na verdade, os servidores não têm tido reposição salarial.

3. O estado brasileiro é intrinsecamente ineficiente
FALSO. O Serviço Público tem aumentado sua eficiência. O número de beneficiados por ações, programas e sistemas de proteção social tem aumentado significativamente no Brasil nos últimos 20 anos. A crise atual das políticas públicas não é de eficiência, mas de falta de políticas que garantam os recursos.

4. A estabilidade do funcionalismo é um privilégio e é absoluta
FALSO. A estabilidade do Servidor Público Federal visa o interesse público. Busca a preservação das funções do Estado, para que o servidor seja um empregado do Estado e não de um governo ou outro, e que esteja a serviço da população. O funcionário público pode ser demitido em caso de processo administrativo ou por insuficiência de desempenho.

5. O dinheiro do governo acabou
FALSO. O governo conta em seu tesouro com R$ 1,2 trilhão, mais R$ 1 trilhão no Banco Central e mais R$ 380 bilhões em reservas internacionais, fora o R$ 1,5 trilhão a receber do governo americano que tem dívidas com o Banco Central Brasileiro.

6. As reformas vão recuperar a confiança dos investidores privados, o crescimento e o emprego
FALSO. A ideia inicial era que a retirada de direitos, aprofundada no Brasil a partir de 2016, com medidas como a reforma trabalhista, as privatizações, a entrega do pré- sal e outras iniciativas amigáveis ao mercado, iriam recuperar o investimento. Não funcionou.

Especial | Na UFJF

CONSULTA PÚBLICA ESCOLHE REITORIA 2020/2024

Processo democrático envolveu toda a comunidade

A consulta pública para a Reitoria 2020/2024 na UFJF transcorreu dentro da tradição democrática da instituição. A Comissão Organizadora deflagrou o processo em 15 de agosto, divulgando um calendário para a realização da escolha. Abriu-se o período de inscrição de chapas, compreendido entre 03 e 04 de setembro, com ampla divulgação de todo o processo, por meio de site próprio, boletim via email, e divulgação nas redes sociais de APES, DCE e Sintufejuf, entidades que organizaram a escolha.

Mesmo com chapa única, houve debates: dois no Campus Juiz de Fora e um no Campus Governador Valadares, tendo transmissão via internet e possibilidades de envios de perguntas via email, onde a comunidade pôde discutir as principais questões que afetam o ensino, a pesquisa e a extensão dentro da UFJF.

Como não poderia deixar de ser, a apreensão sobre um possível desrespeito do governo federal frente à escolha da UFJF esteve presente durante todo o processo, tendo em vista que, em quase uma dezena de instituições, houve desrespeito por parte do governo ao desejo de suas comunidades.

A UFJF mostrou, no entanto, confiança na consulta, com comparecimento de quase 10 mil pessoas que deram 93% dos votos na chapa concorrente.

Com a palavra a Comissão Organizadora...

"Na atual conjuntura de quebra de autonomia e democracia nas instituições federais de ensino, é fundamental a valorização do processo democrático de escolha de reitores que foi conquistado historicamente com muita luta. A comunidade universitária da UFJF entendeu o momento e mesmo num cenário de chapa única a participação foi muito expressiva na consulta pública". **Augusto Cerqueira, representante da APES e Presidente da Comissão Organizadora**

"O SINTUFEJUF está satisfeito por ter cumprido suas duas atribuições neste processo de consulta pública. Por um lado contribuiu com a Apes e o DCE na organização do pleito e por outro interpretou as demandas da categoria dos técnicos administrativos em educação da UFJF organizando sua pauta e apresentando á chapa candidata, agora eleita." **Flávio Sereno, representante do Sintufejuf na Comissão organizadora.**

"Os estudantes tiveram uma grande participação no processo de Consulta Pública para o Reitorado 2020-2024. Diante da conjuntura que vivemos, o grande comparecimento as urnas se deu pelas importantes mobilizações que ocorrem pela defesa da autonomia universitária, o respeito à democracia e o direito de escolha da comunidade acadêmica". **Diego Armando Maradona, representante do DCE na Comissão organizadora**

Reunião da Comissão Organizadora

Consulta Pública

Apuração na Sede da APES

UMA HISTÓRIA DE LUTA PELA DEMOCRACIA

Acompanhe um pequeno resumo das consultas passadas

A Primeira Eleição

Em 1984, ainda sob os ventos do último governo da ditadura militar, a UFJF realizou a primeira eleição para Reitor, ainda sem o compromisso do Conselho Universitário em respeitar os resultados do pleito. Por isso mesmo, o processo foi, de uma maneira geral, conflituoso.

O tipo de voto utilizado foi o proporcional, com peso de 50% para Docentes e 50% para Estudantes e Técnicos-Administrativos.

Em outubro de 1984, a comissão eleitoral deflagrou o processo, colocando urnas no campus, recolhendo mais de nove mil votos de toda a comunidade. Com o resultado em mãos, a comissão enviou a relação dos seis candidatos mais votados ao Colégio Eleitoral, já que a lista sêxtupla era uma exigência da legislação vigente. A professora Margarida Salomão foi a mais votada.

Em três conturbadas reuniões, com protestos da comunidade universitária e manobras do Colégio Eleitoral, este rejeitou quatro dos nomes mais votados, não respeitando o resultado obtido nas urnas. A nomeação do professor Sebastião Marsicano Ribeiro, que foi incluído na lista sêxtupla pelo Colégio Eleitoral, surpreendeu a todos, já que seu nome nem sequer constava da relação dos candidatos votados pela comunidade. Com a continuidade da luta democrática na UFJF, aliada ao teor conciliatório da reitoria, em 1985, o movimento obteve uma grande vitória com a realização de eleições diretas para Diretores de Unidade.

1988: Toma Posse o Primeiro Reitor Eleito pela Comunidade

"O PFL não vai abrir mão do cargo de Reitor da UFJF", assim começava uma matéria da Tribuna da Tarde de abril de 1988. A frase dá a ideia de como, poucos anos após o fim da ditadura, ainda era inexistente o respeito à autonomia da universidade.

O fato de um representante de um partido de Juiz de Fora dizer na matéria "não respeitar este tipo de escolha (eleição direta)", ajudou a esquentar o debate dentro da UFJF e desencadeou uma onda de protestos dos três segmentos.

O fato é que a eleição se deu e a comunidade universitária elegeu o professor Eduardo Miguel Passarella Freire, utilizando-se do voto paritário, que previa 33% de peso para cada segmento.

A partir do pleito de 1988, o Conselho Superior manteve a tradição de acatar os resultados da consulta democrática na UFJF.

1990: Renúncia e Nova Eleição

Seis meses após empossado, Professor Passarella renunciou e, ainda em 1989, o professor José Passini, vice-reitor, assumiu o cargo. No entanto, a legislação exigia a realização de novas eleições, já que havia menos de dois anos daquela gestão.

Passini então se licenciou, se candidatou e venceu as eleições, disputando o segundo turno com a professora Margarida Salomão, assumindo o cargo em setembro 1990.

Debate entre candidatos à reitoria em 1988

Consolidação

Em 1994, a UFJF seguiu em sua tradição democrática elegendo o professor René Gonçalves para Reitor e em 1998, a prática da escolha direta na UFJF já estava consolidada. O governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995 (Lei 9192/95), determinou o fim da lista sêxtupla, trocada pela lista tríplice, além da possibilidade de reeleição do reitor. Nesta eleição, a professora Margarida Salomão foi a mais votada, vencendo novamente em 2002 como candidata única.

2006

Em 2006, as eleições para a Reitoria foram das mais disputadas, com debates que movimentaram toda a comunidade. A eleição foi para o segundo turno, entre a chapa encabeçada pelo Professor Henrique Duque e o grupo que tinha Ignacio Delgado* como candidato a Reitor. Uma novidade foi o uso de urnas eletrônicas, pelo menos no segundo turno, cedidas pelo TRE.

Reeleição

Em 2010, a eleição contou com chapa única, reelegendo a Administração Superior, composta por Henrique Duque e José Luiz Resende Pereira. A novidade na consulta desse ano foi a participação dos mais de 4 mil alunos de Educação a Distância (EAD) da UFJF e a necessidade de avaliação e aprovação prévia, pela Comissão Eleitoral, do material de campanha dos candidatos.

Nova renúncia

Em 2014, a tradição democrática se manteve e a UFJF elegeu o professor Júlio Chebli no primeiro turno, deixando em segundo lugar a chapa encabeçada por Marcus David.

Logo em 2015, alegando problemas de saúde, Chebli renuncia, forçando a realização de novas eleições em 2016.

O pleito é vencido no primeiro turno pela Chapa Marcus David e Girlene Alves, que seria reeleita novamente para a gestão 2020/2024.

* ERRATA: na versão impressa desta edição, o nome do professor Ignacio Delgado foi publicado incorretamente como Julio Delgado.

TEMOS FUTURO?

Pergunta marcou Greve da Educação Federal e mobiliza comunidade acadêmica

A questão que ecoou na Greve de 48h vem sendo repetida por entidades sindicais e movimento estudantil da UFJF e do IF Sudeste MG desde julho deste ano, quando o programa Future-se foi apresentado aos dirigentes de instituições federais de ensino em uma reunião convocada pelo MEC.

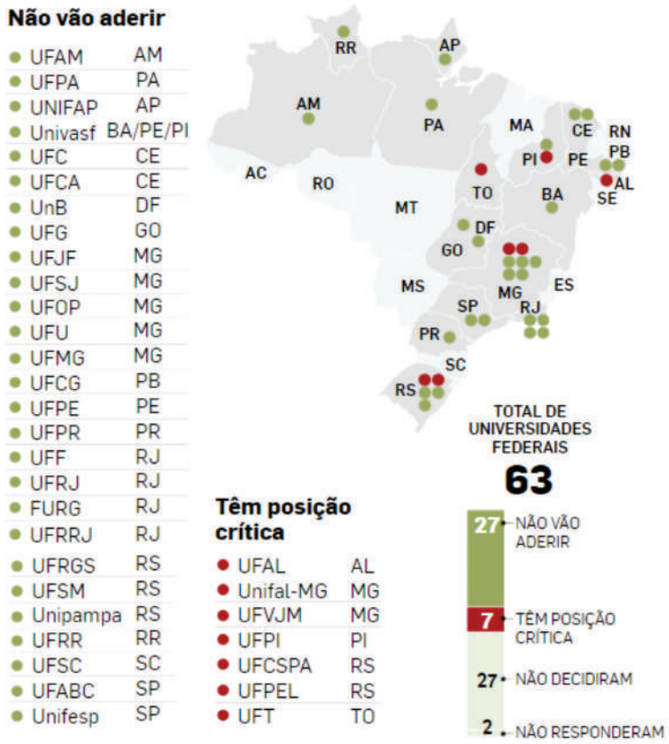
Se o Future-se não esgota, ele sintetiza um projeto que pretende desmontar a vocação pública dessas instituições no país. E corrobora um projeto político de cerceamento das liberdades, mercantilização dos serviços públicos, precarização das carreiras públicas e destruição dos direitos sociais.

Fature-se

Com a proposta de transferir a gestão financeira para as chamadas Organizações Sociais, incluindo até mesmo as Fundações de Apoio, o Future-se responsabiliza instituições de ensino pela capitalização de recursos, livrando o Estado dessa responsabilidade. O programa prevê a criação de Fundos de Investimento, que pode resultar em incentivo fiscal para empresas investidoras e alienação de imóveis públicos. O programa subordina a inovação, a pesquisa e o desenvolvimento às exigências das empresas. E descaracteriza a carreira docente: transforma professores em empreendedores, esvazia o regime de dedicação exclusiva e ataca o tripé ensino-pesquisa-extensão, ao permitir a contratação de celetistas para a sala de aula. Outros pontos críticos estão elencados na Cartilha do ANDES disponibilizada no site da APES.

A propaganda do governo tenta convencer a população da necessidade do programa para a solução dos problemas da ciência e da educação brasileiras. Problemas aprofundados pelo próprio governo Bolsonaro, que bloqueou verbas do orçamento de 2019 e fez cortes no orçamento do MEC para 2020 (leia mais em "Não deu na Imprensa").

Jogando a sociedade contra as instituições e suas comunidades, o governo veicula informações falsas sobre a produtividade, a gestão de recursos, a cultura estudantil e até sobre o salário e a atividade docente.



Mais da metade das universidades rejeitam o Future-se. Fonte: Estadão

Ato segundo dia da greve nacional da ducação. Foto: Estela Loth/APES

O programa que o governo pretende enviar ao Congresso foi rejeitado por diversas instituições (confira na imagem ao lado). O Conselho Superior da UFJF rejeitou o programa por unanimidade, em reunião do dia 4 de setembro. No IF Sudeste MG, foram formadas duas comissões – uma do Conselho Superior do IF e uma do Colégio de Dirigentes – para criar, conjuntamente, uma maneira adequada de fazer a discussão junto à comunidade do IF. Segundo o diretor da APES, Jalon Vieira, que integra a comissão do Consu do IF, sua posição seguirá as deliberações do ANDES e da assembleia da APES. "Estarei defendendo, dentro dessa comissão, uma instituição que preze pela sua autonomia, enquanto instituto federal, e pela sua responsabilidade e oportunidade de poder formar profissionais da melhor maneira possível."

Nas ruas

Divulgar o que era óbvio tornou-se estratégico. A Greve da Educação Federal realizada nos dias 2 e 3 de outubro em todo o país teve este caráter.

"No Brasil todo, a greve da educação federal foi uma grande vitória, porque na rua e dentro das instituições, nós reafirmamos um sonoro "não" às políticas de destruição de Bolsonaro para as Instituições Federais de Ensino, com aulas, com filme, com música com arte... Porque essa é nossa concepção de educação: é desenvolver o conhecimento, a pesquisa a serviço da solução dos problemas da população brasileira", disse a Presidente da APES Marina Barbosa, em sua fala que encerrou o ato.

Reação

O CAMINHO NEBULOSO DA CENSURA

Produções artísticas reverberam narrativas marginalizadas

Foto: Isys Bastos/APES

Performance de Davis Delanus no festival em defesa da democracia e da universidade pública.

A arte, em suas mais diversas expressões, pode ser um instrumento muito eficaz para reverberar discursos e narrativas que, de outra forma, não seriam vistos nem ouvidos. É por meio da arte que algumas subjetividades podem ser representadas de um modo que outros formatos comunicativos não alcançam. E essas representações, além de nos mostrar diferentes subjetividades, são fundamentais para o reconhecimento dos semelhantes, daqueles que compartilham uma narrativa parecida, mas não se reconheciam em nenhuma outra.

Nesse sentido, a arte se torna um instrumento fundamental para o exercício democrático, pois "a partir da arte a gente consegue reverberar narrativas e corporeidades que são marginalizadas, que não são vistas ou não são representadas de uma forma geral na cultura e na sociedade", diz Davis Delano, estudante de Ciência da Religião na UFJF e artista experimental. "Quanto mais temos acesso à informação e visões de mundo, mais estamos aptos a entender o universo onde a gente se insere e construir sentidos melhores acerca do mundo, e isso faz com que a gente se torne pessoas mais empáticas e nos dá instrumentos melhores pra compreender a vida social." completa Júlia Pessoa, jornalista, professora da Faculdade de Comunicação da UFJF e doutoranda em Antropologia Urbana pela UFJF.

Censura

Durante os últimos meses, diversas produções culturais têm sofrido censura por parte de órgãos governamentais, com cortes de financiamento, suspensão de editais e cancelamento de exibições. O alvo, em geral, são peças com críticas a governos autoritários e produções com temática LGBTQI+. A extinção do Ministério da Cultura, o corte em programas de incentivo e os recentes ataques à Agência Nacional de Cinema (Ancine) realçam o desmonte da cultura enquanto política pública.

Para Davis, a arte brasileira já sofre de um grande histórico de censura, que vem se agravando nos últimos tempos, principalmente no atual governo.

Esse movimento político traz consequências das mais diversas, desde uma ameaça ao modelo de democracia que temos hoje até, a partir da falta de incentivo estatal às produções artísticas, uma ameaça ao futuro da produção e difusão de arte no Brasil e até da própria sobrevivência de artistas das mais diversas plataformas, além de tornar claro um projeto político muito específico.

Contra o pensamento único

Para Júlia, as restrições causam graves prejuízos para o processo comunicativo, pois "esses processos nos formam enquanto sujeitos também" e "quando você censura alguma expressão, está deslegitimando identidades vinculadas a ela, impedindo que as pessoas tenham uma visão melhor acerca delas, ainda que seja pra discordar, porque discordância é um processo comunicativo também.".

E isso coloca um grande desafio para qualquer produção artística no Brasil que procura assumir um tom crítico às mais diversas questões: continuar colocando em circulação as narrativas e discursos censurados. "Continuar existindo nos espaços em que é possível transitar esses discursos", acrescenta Júlia.

E isso se agrava à medida que, ao se restringir a circulação dessas narrativas, parte da população não tem contato com elas, pois "o grande problema é o não acesso. Isso vai tornando a gente cada vez mais intolerante, cada vez mais propenso a comprar os discursos hegemônicos tendo estes enquanto única narrativa possível de realidade". explica Júlia.

E todo esse cenário coloca como ainda mais urgente a construção de um processo de resistência efetivo, partindo principalmente daqueles que, dentro desse momento político, sentem mais na carne as consequências de todos esses processos. "Os povos amerindios brasileiros em um âmbito geral falam sobre a queda do céu: o céu está caindo e nós temos que suspender ele, e a suspensão desse céu depende dessas pessoas. Quem suspende o céu são os povos e as individualidades marginalizadas de um modo geral. O povo ameríndio, as pessoas vistas como deficientes, a comunidade LGBT", resume Davis.

Algumas ações de censura no atual governo

- Bolsonaro ameaça extinguir Ancine (julho, 2019).
- Extinção de edital da Ancine de fomento a séries LGBT para TV pública (agosto 2019);
- Filme Marighella tem estreia cancelada no Brasil (setembro, 2019);
- Cancelada em Porto Alegre exposição com charges críticas ao governo federal (setembro 2019);
- Embaixada brasileira no Uruguai censurou a exibição de um filme sobre Chico Buarque (setembro 2019);
- Peça Abrazo, sobre repressão e censura, foi cancelada pela Caixa Cultural do Recife (setembro 2019);
- Peça Gritos, com personagem travesti, cancelada pela Caixa Cultural (setembro 2019);

A INSANÁVEL INVIABILIDADE ECOLÓGICA DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Eduardo Sá Barreto Cruz
Professor no Departamento de Economia e no Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense.

"Só se produz o que se pode produzir com lucro. A utilidade e as necessidades são absolutamente secundárias. Mesmo se a necessidade for, digamos, 'salvar o mundo' ou 'solucionar a crise climática'."

O livro "O capital na estufa: crítica da economia política das mudanças climáticas", lançado na UFJF no dia 21 de novembro, é um longo exercício de demonstração que capitalismo e sustentabilidade ecológica são coisas inconciliáveis. A princípio, pode parecer uma tarefa trivial, já que não é tão difícil encontrar interlocutores que concordem com a tese. O aparente "quase-consenso" esconde, porém, uma série de posicionamentos problemáticos. Abordo aqui um deles, possivelmente o mais comum de todos.

Mesmo entre aqueles que reconhecem o caráter destrutivo do *business as usual*, vigora ainda uma forte expectativa de que o curso da economia global poderia ser alterado para direções efetivamente sustentáveis. Bastaria escolher as políticas públicas corretas, mobilizar vontade política suficiente, estimular o desenvolvimento de novas tecnologias salvadoras e utilizá-las da maneira correta. Para os que pensam assim, essa semana trouxe uma notícia ao mesmo tempo alentadora e frustrante.

No dia 19 de novembro, a CNN publicou em seu portal a história de uma start-up secreta que teria alcançado um extraordinário avanço energético utilizando uma tecnologia solar controlada por inteligência artificial. Com isso, dizem, estaria finalmente possibilitada a descarbonização de importantes indústrias pesadas, responsáveis por uma fração significativa das emissões globais de CO2. A partir disso, a própria CNN declara em letras garrafais: trata-se de uma tecnologia para "solucionar a crise climática". No corpo do texto, contudo, é casualmente mencionado que a tecnologia está, obviamente, patenteada. Aqui reside o busílis da questão.

Suponhamos que a nova tecnologia realmente tivesse todo o alegado potencial de eliminar as emissões de gases de efeito estufa em indústrias muito poluentes. Agora lembremos que no mundo inteiro, cientistas, ativistas e até políticos alertam que vivemos uma emergência climática que exige uma ação imediata e concertada globalmente. Nós não temos 20 ou 30 anos! Sendo assim, se essa nova tecnologia é realmente salvadora, o próximo e irrevogável passo deveria ser sua acelerada generalização. Em outros termos, qualquer que seja o potencial benéfico, ele só seria realmente realizado se essa tecnologia se espalhasse rapidamente por todo o mundo. Mas ela foi patenteada, o que implica restrições legais e econômicas ao seu uso.

O patenteamento da inovação supostamente salvadora não revela simplesmente uma ganância patológica dos megaempresários, uma vontade política mal direcionada, ou uma política industrial mal elaborada. Essa prática é, antes, sintoma de algo mais profundo, da lógica própria de funcionamento da sociedade capitalista. Nela, qualquer objeto útil só é produzido se for capaz de passar pelo "buraco da agulha" da lucratividade. Isto é, só se produz o que se pode produzir com lucro. A utilidade e as necessidades são absolutamente secundárias. Mesmo se a necessidade for, digamos, "salvar o mundo" ou "solucionar a crise climática".

As tecnologias e os modos de vida que nos permitiriam sobreviver a um mundo em rápida transformação estão por aí, conhecidos e desenvolvidos aos montes. Mas ainda se encontram amarrados por estruturas que existem apenas para garantir sua viabilidade econômica (i.e. a lucratividade), restringindo seu uso. Sua imperativa universalização, portanto, reclama a destruição dessas amarras, ou seja, a contundente, definitiva e global ruptura com a sociedade do capital.